

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.233 - RN (2018/0268037-7)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE : MICHELL FRANKLIN DE SOUZA FIGUEREDO**  
**ADVOGADO : MICHELL FRANKLIN DE SOUZA FIGUEREDO (EM CAUSA PRÓPRIA) - RN011198**  
**EMBARGADO : UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI - ÁRIDO**

## **DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por **Michell Franklin de Souza Figueredo** contra decisão que não conheceu de recurso especial sob os seguintes fundamentos: (I) a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, quanto à verificação da data da efetiva citação, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ; e (II) o Tribunal de origem decidiu em consonância com o entendimento desta Corte Superior.

Alega a parte embargante a existência omissão na decisão ora recorrida, relativamente à necessidade de condenação da parte recorrida em honorários recursais, conforme disposto no art. 85, do CPC/2015.

As razões do recurso não foram impugnadas.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do novo CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição, omissão da decisão atacada ou para correção de erro material.

De fato, verifica-se a existência de omissão na decisão atacada, pois não houve manifestação quanto à possibilidade de condenação da parte recorrida em honorários recursais, previstos no art. 85, § 11 do CPC/2015, tendo em vista que o recurso especial foi interposto em face de acórdão publicado já na vigência do novo Código de Processo Civil.

Entretanto, conforme jurisprudência desta Corte Superior, "*a possibilidade*

# Superior Tribunal de Justiça

*de fixação de honorários recursais, com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada quando não imposta".*

A propósito, confira-se:

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. SENTENÇA ILÍQUIDA. ART. 85, § 4º, II, DO CPC/2015. PERCENTUAL QUE SERÁ FIXADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO.**

1. É entendimento assente no STJ que "a reforma in totum do acórdão ou da sentença acarreta inversão do ônus da sucumbência, ainda que não haja pronunciamento explícito sobre esse ponto" (REsp 1.129.830/SC, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 8/3/2010).

2. Não obstante tal efeito constituir decorrência lógica do provimento do Recurso Especial, já se admitiu a interposição de Embargos de Declaração para esclarecer essa situação (EDcl no REsp 892.119/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 18/12/2008).

3. No caso dos autos, apesar do provimento do Recurso Especial com a expressa condenação do Estado de Minas Gerais ao pagamento de valores a título de FGTS durante o período trabalhado, trata-se de sentença ilíquida, pois desconhecido o conteúdo econômico do pleito.

4. Desse modo, justifica-se a definição do percentual dos honorários sucumbenciais somente quando da liquidação do julgado, de acordo com o art. 85, § 4º, inciso II, da Lei 13.105/2015.

5. **Registre-se que a possibilidade de fixação de honorários recursais, com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, está condicionada à existência de imposição de verba honorária pelas instâncias ordinárias, revelando-se vedada quando não imposta.** (grifei)

6. Embargos de Declaração acolhidos, sem efeitos modificativos, para integração do julgado.

(EDcl no REsp 1658414/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 09/10/2017)

No caso em exame, não tendo havido condenação da parte ora recorrida em verba honorária pelas instâncias ordinárias, mostra-se descabida a fixação de honorários recursais, nos termos do artigo 85, § 11, do CPC/2015.

**ANTE O EXPOSTO, acolho os embargos declaratórios, para sanar a**

# *Superior Tribunal de Justiça*

citada omissão na decisão recorrida, sem atribuir-lhes, entretanto, efeitos infringentes.

Publique-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

